

# A crise mundial e o Brasil

## A CRISE MUNDIAL E O BRASIL

Por: Francisco Carlos Teixeira Da Silva  
Laboratório de Estudos do Tempo Presente/UFRJ  
A natureza da crise:

Qualquer afirmação peremptória neste momento sobre a natureza da crise financeira ( e já econômica ) mundial deverá ser corrigida num futuro imediato.

A comparação com as crises anteriores &ndash; seja a crise clássica por excelência, de 1929 - ou as crises chamadas de modernas ( asiática, russa, brasileira, etc...) dos anos 90 do século XX, dificilmente serviria de parâmetro. Um dos únicos pontos já estabelecidos sobre a crise, e com algum consenso, é que as condições gerais ( o quadro maior, de cunho global ) onde se desenrola a crise são de natureza totalmente diversa dos casos anteriores. A crise de 1929 é hoje explicada a partir de três supostos clássicos:

i. A distorção entre produção e consumo ( gerando as teses clássicas, e opostas, de superprodução ou de subconsumo ) ;

ii. O abuso do crédito, gerando endividamento e falsos superlucros;

(iii.) A especulação bursátil, gerando uma forte distorção onde os ganhos especulativos eram superiores a qualquer investimento produtivo;

(iv.) Além disso, o Estado &ndash; fortemente impregnado do fundamentalismo liberal, convencido da incapacidade do Estado em gerir crises &ndash; constituía-se num entrave tão grande que dado o cataclismo bursátil em 1929, e a maré de desemprego seguinte, somente em 1933, com o programa do New Deal, de Franklin Delano Roosevelt ( presidente entre 1933 e 1945 ), iniciou-se um processo real de gestão da crise pelo Estado. Mas, mesmo então, a Suprema Corte de Justiça &ndash; oriunda dos tempos anteriores, de dogmatismo liberal &ndash; impugnou e anulou inúmeros programas de salvamento do Estado, em especial o NIRA/National Industrial Recovery Act.

A crise atual não começou no processo produtivo (em verdade o caminho seria inverso ), não explodiu a partir de nenhum dos supostos clássicos de superconsumo ( ou, para os marxistas, de subconsumo ). O seu contágio, em direção a chamada &ldquo;economia real&rdquo;, ou seja, para o processo produtivo, se dá através dos mecanismos de crédito ( inadimplência+subprime+liquidez ). Trata-se, como resultado, do enxugamento compulsivo do mercado pelos bancos ( alguns retirados do jogo de mercado por quebra, outros paralisados por precaução ), fazendo com que a liquidez quase desapareça do cenário econômico dos principais países do mundo. De um lado, grandes bancos tiveram que garantir seu próprio lastro em face de carteiras tóxicas ou de baixa credibilidade; por outro, deu-se uma corrida para as chamadas &ldquo;ilhas de segurança&rdquo;, em especial os títulos do Tesouro dos Estados Unidos ( e, entre nós, para os títulos públicos ). Assim, as empresas, quase sempre incapazes de &ldquo;virar&rdquo; o ciclo produtivo sem recurso ao financiamento pelo mercado, tiveram uma brusca &ldquo;secada&rdquo; no mercado. Quando mais necessário o in put creditício ( a chamada &ldquo;alavancagem&rdquo; ), maior é a dificuldade em fazer as aquisições necessárias para reiniciar o ciclo produtivo. Alguns casos, como por exemplo, a agricultura, e no seu interior o complexo agro-industrial sucro-alcooleiro ( naturalmente dependente de crédito ), a falta de liquidez do mercado terá forte impacto na produção da safra de 2009.

Algumas empresas, capazes de refazer seu ciclo com recursos próprios, resolveram, por sua vez, &ldquo;parar para pensar&rdquo;, e assim paralisaram investimentos necessários para realizar 2009. Algumas outras &ndash; e aqui neste caso só temos até agora a ponta do iceberg &ndash; usaram uma liquidez adquirida no processo produtivo no jogo especulativo. Estas tiveram, e terão, os maiores prejuízos, muitas ao ponto de não conseguir fazer frente à retomada dos investimentos necessários. Ora, com a paralisia do mercado financeiro isso poderá representar a quebra. Só saberemos quantas empresas brasileiras &ndash; para além dos casos já conhecidos &ndash; fizeram tais investimentos tóxicos ao longo dos próximos meses, alongando o perfil da crise. Será um exercício de &ldquo;pavor e espanto&rdquo; para acionistas e empregados até o fim do ano descobrir as dimensões de tais investimentos. É muito provável que aí resida a maior fragilidade da economia brasileira. Assim, o nosso &ldquo;subprime&rdquo; seria exatamente a massa dos investimentos em mercados futuros das empresas brasileiras, capaz de atingir &ndash; hipoteticamente - ao menos 100 grandes empresas, num volume de 50 bilhões de dólares.

Modelando a crise:

Por tais características próprias uma avaliação, neste momento, da natureza da crise é temerária. Contudo, já sabemos que não é (i.) uma crise de superprodução e ( ii. ) nem uma crise geral do crédito, posto que o mercado continue com uma boa capacidade de consumo e o crédito para o consumo imediato &ndash; em especial para as empresas que suportam fazer seus próprios financiamentos &ndash; continua a rodar. Não há, por enquanto, qualquer sinal de paralisia

geral. De qualquer forma, as duas modelagens clássicas de crise, sempre presentes nos manuais, parecem não se encaixar no atual perfil da crise. A crise não é um &ldquo; V&rdquo; clássico, ou seja, uma crise aguda, com uma fase depressiva profunda e uma recuperação rápida, em suma uma crise destrutiva, porém de rápida duração. Também não é uma crise em &ldquo; U&rdquo;. Ou seja, uma crise longa, sem ápice invertido, de caráter duradouro, cheia de altos e baixos. Neste sentido é possível propor uma modelagem de novo tipo, construindo para a crise uma modelagem em &ldquo; L&rdquo;: uma crise aguda, com seu ápice negativo entre setembro e outubro de 2009, mas com uma recuperação lenta, em especial pelo espelhamento da crise nos setores produtivos da economia, em virtude (i.) da secagem do crédito para a produção e (ii.) em decorrência das perdas destrutivas que possam vir a sofrer empresas que apostaram perigosamente na especulação.

Quando o vento levar...

Deveríamos, assim, propor uma periodização para a crise diferente dos casos históricos já conhecidos, a saber:

Fase A, de Dezembro de 2007 até setembro de 2008: o anúncio da crise, com a fragilização das carteiras imobiliárias e a exposição do risco &ldquo;subprime&rdquo;, atingindo principalmente as instituições hipotecárias, transbordando sobre bancos e seguradoras;

Fase B, Setembro de 2008 até Outubro de 2008: a fase aguda da crise quando se dá a quebra dos bancos garantes das instituições imobiliárias, atingindo o conjunto do sistema bancário. Por contágio os fundos de investimentos &ndash; regendo inclusive aposentadorias &ndash; sofrem grandes perdas, causando pânico bursátil, perda de valor de empresas, fuga para &ldquo;ilhas de segurança&rdquo;, como o dólar e os títulos públicos. Há hesitação e falta de compreensão da dimensão da crise pelos gestores públicos e privados, permitindo que a crise se alastre globalmente. Foi aí o momento da &ldquo;disruption&rdquo; dos mercados financeiros mundiais;

Fase C: a partir de Outubro de 2008: Após algumas hesitações ( Quebra do Lehman & Brothers, rejeição do primeiro &ldquo;Pacote Paulson&rdquo;, mediadas unilaterais na União Européia, &ldquo;Marolinha&rdquo; no Brasil, etc... Dá-se uma concertação mundial para o controle e diminuição do impacto da crise. O segundo &ldquo;Pacote Paulson&rdquo; é corrigido e aceito pelo Congresso Americano; a União Européia, sob impulso de Gordon Brown e Nicolas Sarkozy assume um megaplano de estabilização, com forte ajuda aos países mais frágeis ( os chamados &ldquo;emergentes da Europa Oriental&rdquo;). Realiza-se, ainda, a primeira intervenção financeira global, reunindo os maiores bancos centrais do planeta.

Estamos, no momento, nesta Fase C, no terceiro movimento da crise, e muito possivelmente no seu penúltimo movimento ( já que o último seria a recuperação ). Isso não quer dizer que a crise terminou. Ao contrário, este é exatamente o plano horizontal, baixo, da crise de modelagem &ldquo; L&rdquo;, onde somente no seu final veremos a ponta de um novo movimento, e aí sim, decididamente final, de ascensão dos mercados. Nesta modelagem &ldquo; L&rdquo; o pior momento já passou, quem ia quebrar já quebrou, os picos negativos das bolsas já foi atingindo. Agora vivemos o &ldquo;novo mundo&rdquo; oriundo da crise: um vasto platô de baixa, que será realimentado pelas más notícias até o fim do ano, bem como pela apresentação dos balanços, avaliações e índices do ano de 2008 e das projeções de 2009. É uma fase altamente &ldquo;psicológica&rdquo;, de alta sensibilidade. Duas séries de más notícias serão cotidianas: de um lado, o &ldquo;destampo&rdquo; das empresas com prejuízos financeiros levadas a uma situação de limite; por outro lado, a ausência de liquidez e a perda dos investimentos necessários para a retomada do ciclo produtivo incidirá na destruição de postos de trabalho e na diminuição da produção, com incidência em preços. As fortes oscilações dos mercados, em especial do movimento mundial de bolsas, será uma característica permanente desta longa &ldquo;base&rdquo; do &ldquo; L&rdquo;, não sendo necessariamente um agravamento da crise.

Uma péssima notícia, no setor de commodities agrícolas, reside no fato de que o consumo em países emergentes não deverá cair como na China, Brasil, México, Rússia, África do Sul ou Indonésia. O resultado será uma forte pressão sobre os preços depois do verão ( do hemisfério norte ) de 2009. Isso resultará no agravamento da fome em áreas carentes, em especial na África, Sudeste Asiático e América Central.

Assim, somente na virada do primeiro para o segundo trimestre de 2009 a crise terá atingido a totalidade de sua modelagem: aí, possivelmente em maio de 2009, teremos o cenário completo: investimento, preço, emprego terão todos atingidos os seus patamares mais baixos, reiniciando, então, os processos corretivos.

Do pessimismo ao otimismo:

A possibilidade de um aprofundamento da crise, de um segundo cataclismo &ndash; o &ldquo;fim do mundo&rdquo;, a tsunami final e todas as demais profecias de caos, vigentes entre jornalistas e economistas pegos de surpresa, principalmente os neoliberais fundamentalistas ( para os quais, afinal, é o fim do mundo mesmo! ) não estão mais entre as mais prováveis das possibilidades. E isso em virtude de:

- i. Os setores mais sensíveis à crise &ndash; imobiliárias e seguradores, voltadas para o mercado subprime e as empresas e fundos aí envolvidos &ndash; já sentiram os efeitos do impacto e já foram à lona. Assim, os desdobramentos da crise serão claramente os derivados ( uma palavra hoje muito sensível ) dos setores mais sensíveis;
- ii. Os governos, em toda a parte, já iniciaram os processos de resgate e de disponibilidade de liquidez para os casos mais dramáticos, evitando que a crise aprofunde seu caráter sistêmico e global;
- iii. Embora o impacto da crise seja devastador em velhas economias centrais como Europa, Japão e Estados Unidos, as chamadas &ldquo;novas economias&rdquo;, apresentaram condições de manutenção do crescimento, em níveis mais baixos.

#### A Teoria do descolamento:

Aqui cabe um parêntesis sobre a chamada &ldquo;Tese do Descolamento&rdquo;. Desde o início da crise financeira mundial, ainda em 2007, setores econômicos do Governo brasileiro correram a afirmar que o Brasil &ndash; bem como os demais emergentes &ndash; estava &ldquo;descolado&rdquo; da crise, esta de caráter eminentemente americano e centrada na &ldquo;bolha imobiliária&rdquo; americana. Para estes, apoiados em análises similares vindas da China Popular e Índia, os mecanismos de disparo da crise eram, e permaneceriam americanos. Além disso, alguns elementos garantiriam o &ldquo;descolamento&rdquo;, a saber:

- i. A inexistência de uma &ldquo;economia hipotecária&rdquo; no país capaz de sustentar um amplo setor financeiro daí dependente;
- ii. O bom estado de &ldquo;saúde&rdquo; dos bancos nacionais, em grande parte devido ao Proer, da época de FHC, além de inexistência de vínculos de financiamento entre os bancos nacionais e o sistema financeiro em crise nos Estados Unidos ( fato comum na Europa );
- iii. A existência de mais de 200 bilhões de dólares em reservas, servindo de &ldquo;airbag&rdquo; para eventualidades;
- iv. A diminuição do mercado americano, cerca de 15%, no conjunto do comércio externo do país;
- v. O vigor do mercado interno, antes considerado uma &ldquo;tara desenvolvimentista&rdquo;, e hoje um virtuoso colchão de socorro;

Embora tais elementos sejam verdadeiros, o que os defensores do &ldquo;descolamento&rdquo; não previram foi o caráter sistêmico da crise e seu contágio direto aos demais setores da economia. Assim, todo o sistema bancário americano foi atingido, ferindo profundamente as atividades bursáteis em todo o mundo. A fuga de capitais para as &ldquo;ilhas de segurança&rdquo;, em especial os títulos americanos, provocou o desabar de bolsas ( Moscou, São Paulo, Seul e Shanghai foram atingidas ), além de bater duramente os mecanismos de financiamento das exportações dos emergentes. A Federação Russa e a Coréia do Sul &ndash; que atraíram grande parte dos capitais voláteis existentes, sem, ao mesmo tempo, ter realizado investimentos produtivos de longo prazo &ndash; estão, entre os emergentes, como os mais duramente atingidos.

Contudo, mesmo feridos, os emergentes não foram à lona, como foi o caso das velhas economias industrializadas ( Japão, EUA e U.E. ). Neste sentido, a &ldquo;Tese do Descolamento&rdquo; guarda um mérito: de fato, mesmo os &ldquo;profetas do apocalipse&rdquo; ( muitos movidos de furor político incontido ), não podem falar em recessão ( em seu sentido técnico são três trimestres seguidos de crescimento zero ou negativo ). China, Brasil, Índia e Rússia, mesmo fazendo fortes cortes nos seus prognósticos de crescimento para 2009, não deixaram de crescer. O ritmo será menor, diferentemente menor para cada um, mais haverá crescimento.

#### As perspectivas:

Em fim, os mecanismos institucionais anti-crises já foram formulados e instituídos, tratando-se na verdade de definir os méritos dos dois modelos de intervenção firmados para a crise. De um lado, o modelo gerido por Harry Paulson, secretário do Tesouro dos Estados Unidos e voltado especialmente para os créditos tóxicos, praticamente sem assumir a gerência direta das empresas; de outro lado, o modelo formulado por Gordon Brown, primeiro ministro da Inglaterra, baseado numa intervenção bem mais sistêmica e com a assunção direta de empresas.

O problema maior para uma avaliação previa da crise reside claramente no tamanho do impacto sobre as economias emergentes. A China Popular deverá manter seu crescimento e medidas fundamentais foram tomadas, de forma imediata para isso. Talvez a mais impactante tenha sido a vasta reforma agrária anunciada pelo Comitê Central do Partido Comunista Chinês, abrindo o caminho para o aumento da produtividade do campo, fixação maior de

trabalhadores e investimentos pesados em eletrificação, saneamento básico e infra-estrutura viária. Assim, o crescimento chinês, mesmo que menor &ndash; os pessimistas falam algo entre 7 e 8.5% - deverá ser mantido. Isso é uma garantia para os países diretamente vinculados ao complexo econômico da Ásia Oriental, voltado para a China, tais como Filipinas, Indonésia, Vietnã, Malásia e Tailândia. Também os grandes fornecedores mundiais, tais como o Brasil e alguns países da África, manterão seus fluxos de trocas, embora em níveis mais baixos. A dúvida reside no maior mercado da China: os Estados Unidos. A capacidade dos americanos de continuarem como grandes compradores, em especial de supérfluos ( brinquedos, roupas, sapatos ) numa situação de crédito raro e caro e, com um possível impacto de perda de empregos, deverá moldar o tamanho do crescimento chinês.

As derivadas da crise:

Aqui uma derivada que diretamente afetará a presença do Brasil nos mercados mundiais será regrada pela ação chinesa. Caso a crise do mercado americano seja muito profunda e as compras americanas despenquem, veremos uma China bastante agressiva em mercados substitutos, em especial na África e na América Latina. Poderemos, adiantar um encontro histórico e inevitável, esbarrar com a concorrência chinesa muito mais ativa e dura do que até agora em mercados terceiros de interesse e do Brasil. Assim, cabe desde logo aprofundar acordos bilaterais e, ao mesmo tempo, ampliar o MERCOSUL e usar a TEC/Tarifa Externa Comum como um escudo anti-China. De qualquer forma haverá forte pressão protecionista e será um ótimo período de oportunidades para aprofundar os mecanismos institucionais no interior do bloco, incluindo aí um sistema monetário próprio.

Esboça-se, desta forma, uma outra derivada da crise que impacta fortemente o Brasil: o aumento do protecionismo. A Organização Mundial do Trabalho/OIT calculou ( em outubro de 2008 ) a supressão de 20 milhões de postos de trabalho como decorrente da crise. A maior parte destas perdas seria nos emergentes da Europa Oriental, na União Européia e nos Estados Unidos, onde a crise caracteriza-se, deste já, como uma verdadeira recessão. Neste sentido, a legislação anti-imigrantes, já bastante dura nestes países, deverá ser aprofundada, atingindo duramente os países que &ldquo;exportam&rdquo; mão-de-obra e &ldquo;importam&rdquo; remessas de divisas ( El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Equador, Marrocos, Tunísia, Turquia, etc.. ). Ao mesmo tempo, visando proteger seus empregos &ndash; e em face da falência da Rodada de Doha &ndash; deverão surgir medidas protecionistas, com a imposição de tarifas ( abertamente ou não, como no caso de medidas sanitárias, ecológicas ou de defesa da saúde pública ). Assim, a possibilidade de &ldquo;fechamento&rdquo; da economia global, em favor de blocos e de acordos bilaterais baseados em sistemas de cotas deverá ser a regra nos próximos anos.

Uma outra derivada atinge a área dos esforços de criação de uma economia verde global. O tema, no ordem do dia até o aprofundamento da crise, poderá ter duas direções no âmbito de uma crise prolongada:

i. Vários setores da opinião pública, apoiados por governos intervencionistas, mais à esquerda do espectro político, exigiriam a tomada de decisões rápidas em direção a adoção de medidas que encaminhe para uma &ldquo;economia verde&rdquo;. Este é o caso, por exemplo, da proposta do Senador Barack Obama, que prevê a criação de até cinco milhões de novos empregos através da regulação verde da economia;

ii. Uma forte rejeição da regulação verde em razão da ausência de liquidez capaz de financiar os projetos, do barateamento do petróleo e do risco do desemprego. Assim, amplos setores do operariado industrial tradicional, nos Estados Unidos e na União Européia, aliando-se aos empresários, temeriam uma agenda de transição em função, para uns, da perda de empregos e, para outros, dos elevados custos da operação numa crise marcada pelo crédito caro e raro. Esta já é a posição da Itália e da Polônia no interior da U.E.

Uma outra derivada será a ascensão do estatismo, do intervencionismo e do regulacionismo. O fracasso retumbante das teses neo-liberais, da imposição de um credo baseado num pretendo mercado auto-regulável, levará a opinião pública, e a mídia, em direção ao pólo oposto. Assim, a eleição dos Estados Unidos, em 4 de novembro de 2008, elegendo um senado e uma câmara majoritariamente democrata &ndash; o que não é uma tradição americana, dar tanto poder a um só partido &ndash; poderá sinalizar, para todo o mundo, com ações intervencionistas. Esse já é o quadro na União Européia, com a retomada de um discurso anti-liberal na oposição alemã, francesa e italiana. Assim, intervir e regular os mercados; controlar o fluxo de capitais; controlar a auto-remuneração de CEOs; a imposição de normas de transparência para balanços e estabelecer claramente as responsabilidades de executivos na gestão de fundos e de carteiras bancárias são temas que deverão ter uma maior regulação nos anos vindouros.

De qualquer forma será muito forte a desconfiança da sociedade em face de bancos e instituições financeiras, permitindo a emergência de mecanismos extra-econômicos nos procedimentos de mercado.

Em direção a uma nova geopolítica:

Um resultado esperado da crise, para além do horizonte de 2010, será a emergência ( ou para alguns, da confirmação ) de uma nova geopolítica mundial. Poderíamos, assim, redesenhar o mapa da distribuição mundial de poder, da seguinte forma:

a. Os Estados Unidos saem diminuídos da crise em vários sentidos:

i.i economia em geral do país perdeu valor e atratividade, mas suas empresas também perderam valor relativo, diminuído a capacidade econômica do país;

i.ii a liderança, e capacidade intelectual de reação ao novo, mostraram-se lentos e incapazes de uma ação rápida, perdendo-se em detalhes e incapazes de liderar o planeta numa resposta global. Assim, o Plano Brown foi melhor formulado e a liderança de Sarkozy mais rápida em definir uma resposta global para a crise;

i.iii a doutrina básica de livre mercado, identificada com os Estados Unidos, foi fortemente desacreditada;

b. Em termos mundiais deu-se uma nítida ampliação da ação estatal, revertendo um período de longa duração marcado pelo liberalismo econômico ( ao menos desde 1979, com Thatcher na Inglaterra e 1980, com Reagan, nos Estados Unidos ); a participação dos Estados no PIB ( 3%, em 1929 e 20%, 2008 ), deverá ser potencializada ) fazendo do Estado um relevante agente econômico;

c. A China Popular, mais alguns emergentes ( dependendo do desempenho deles durante a crise ), surge como uma potência mais instável, avessa ao experimentalismo e mais responsável na gerência de suas economias;

d. Diminuição relativa do peso dos grandes exportadores de petróleo, tanto no Oriente Médio/Golfo Pérsico quanto na América do Sul, Equador/Venezuela, obrigando as novas lideranças nacionalistas/estatizantes a rever posições e buscar novos meios de financiamento de suas agendas sociais;

d. Aumento da pressão pela implantação de novas moedas, e de mecanismos, de troca intra-blocos, diminuindo a posição do dólar no interior de blocos econômicos dotados de TEC;

e. Apesar do recrudescimento do protecionismo, das limitações do fluxo de trabalhadores, o mundo emergirá da crise ainda mais globalizado, com o desenvolvimento de anteparos econômicos planetários, através da ação de bancos centrais e de medidas governamentais, talvez mesmo um novo acordo do tipo Bretton Woods. TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. A crise mundial e o Brasil. Rio de Janeiro: Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 3, Nº27, Rio, 2008 [ISSN 1981-3384]